

RADAR FEMINISTA

15 a 19 DE JUNHO • 2020

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA/CFEMEA

Crescem as manifestações dos movimentos sociais contra o governo de Bolsonaro, mas estas parecem não ganhar a atenção devida da maioria dos e das parlamentares. Pactuados com uma agenda econômica que, mesmo na crise, não para de beneficiar o mercado financeiro, o sistema político brasileiro se mostra incapaz de atuar de maneira efetiva contra a negligência e negação das mais de 44 mil vidas perdidas pelo Covid 19.

O Congresso Nacional está pautado pelo vírus desde março e as centenas de propostas apresentadas nesse período são de fato para lidar com a crise provocada. Entretanto, a falta de uma ação rigorosa do Parlamento contra a inoperância do governo federal no enfrentamento à pandemia acentua a crise do Estado e colabora para o crescimento exponencial das mortes.

A desqualificação cotidiana que o Governo Federal faz e segue fazendo da situação é baseada na ideia de que há mortes que não importam. Mortes que não são reconhecidas, que não precisam ser evitadas. O Genocídio da juventude negra está operando e às mulheres negras é negado que sejam mães, que possam criar seus filhos e filhas com o mínimo de segurança e liberdade. Os corpos matáveis são pobres e negros. Esse é também o tema de artigo do Cfemea publicado em Outras Palavras:

Para compreender os oportunismos do fascismo.

A Coalizão Negra por Direitos, articulação de 150 entidades, coletivos e movimentos negros do Brasil, lançou o manifesto **Enquanto houver RACISMO, não haverá DEMOCRACIA!**, convocando a sociedade brasileira a assumir de uma vez por todas essa causa.

As mulheres têm se mobilizado de diferentes formas. Após o levante do #EleNão, o **Manifesto do Levante das Mulheres Brasileiras** que afirma como a política do (des)governo Bolsonaro amplifica a necropolítica e o genocídio de jovens negros, aumenta a desigualdade e o empobrecimento da população, retira direitos e faz apologia à ditadura e ao fascismo. O manifesto segue recebendo adesões e assinaturas.

Ir ou não ir, eis a questão: manifestações na pandemia é outro artigo importante para pensarmos o momento complexo que vivemos: como defender a democracia e não agravar a pandemia?

O debate sobre a renda básica segue na Câmara e Senado, sendo praticamente unânime o reconhecimento da necessidade de extensão do prazo do recebimento do auxílio emergencial, diante dos impactos da pandemia. Uma luta que será fundamental nas próximas semanas, uma vez que a posição do governo é de diminuir valor do auxílio de R\$ 600,00 pago atualmente, o que com certeza significará outras milhões de pessoas em situação de miséria.

Alerta nas ações para direitos sexuais e reprodutivos

O deputado Felipe Barros (PSL/PR) apresentou um Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos do Executivo ([PDL 271/2020](#)) para suspender a aplicação duas Normas Técnicas e uma Nota Técnica do Ministério da Saúde:

Norma Técnica “**Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**” (1998 e atualizações);

Norma Técnica “**Atenção Humanizada ao Abortamento**” (2005);

Nota Técnica “**Acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva no contexto da pandemia da COVID**” (2020);

O Projeto ainda não recebeu o despacho da Mesa Diretora da Câmara, portanto ainda não sabemos se ele vai tramitar em regime de urgência ou passar pelas comissões para análise.

O PDL é mais uma das tentativas de impedir o acesso ao aborto nos casos previstos em Lei e, aproveita as reações à publicação da Nota Técnica do Ministério da Saúde sobre as diretrizes para garantia do “acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva no contexto da pandemia da COVID-19”, para tentar sustar também normas técnicas mais antigas que tratam do tema. Como informamos no Radar da semana passada ([LINK](#)), vários parlamentares fundamentalistas apresentaram propostas para sustar a recém lançada Nota Técnica sobre acesso a saúde sexual e reprodutiva no contexto da pandemia. Já as deputadas feministas apresentaram um Requerimento de Informações ([RIC 600/2020](#)) dirigido ao ministro da Saúde, solicitando informações sobre as políticas de acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva das mulheres no contexto da pandemia de Covid-19. E as notas de centenas de organizações feministas em apoio a **Nota** continuam repercutindo.

Sobre a atuação de Felipe Barros, atualmente ele integra a Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida, Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil - FPAEMB e Frente Parlamentar Armamentista - FPAR, entre outras. É seu primeiro mandato como deputado federal. Foi vereador na Câmara Municipal de Londrina até assumir seu cargo na Câmara. Lá foi indiciado criminalmente por injúria racial, discriminação religiosa e por calúnia e difamação.

Mais propostas sobre Violência contra as mulheres

Vai à sanção presidencial o projeto com medidas de combate e prevenção à violência doméstica. O [PL 1291/2020](#), de autoria da deputada Maria do Rosário (PT/RS) e outras 21 deputadas, teve a sua versão do Senado rejeitada e foi aprovado com algumas modificações ao texto da Câmara. A rejeição se deu em grande parte porque algumas propostas já contavam em legislações sobre o tema, como a possibilidade de intimar por meio de mensagens de aplicativos, e outras ainda alteravam o texto da Lei Maria da Penha, como um que aumentava a pena para os agressores nesse período. As deputadas não quiseram alterar o texto para incluir questões restritas à Pandemia, sob o risco delas se tornarem permanentes.

O ranking [Elas no Congresso](#) está no ar! A revista Azmina lançou nessa segunda-feira uma ferramenta que permite qualquer pessoa entender como cada deputada (o) e senadora (or) trabalha em relação aos direitos das mulheres. Lá você pode filtrar os parlamentares por gênero, partido e estado. É uma ferramenta para monitorar quem de fato são os aliados e inimigos das mulheres no legislativo.

A extensão do auxílio emergencial

O debate sobre a renda básica contínua, com propostas de tornar o auxílio emergencial uma renda básica permanente no valor de até R\$ 600,00 por família ([PL 3190/2020](#) e [PL 3241/2020](#) de autoria do senador Eduardo Braga - MDB/AM). Já o [PL 3233/2020](#), de autoria do Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ), tem uma perspectiva mais radical e “institui a erradicação da pobreza no mercado do trabalho”.

Outra preocupação dos parlamentares é com a punição para quem recebe de forma fraudulenta o auxílio emergencial. É o caso do [PL 3186/2020](#), apresentado pela deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e mais 5 parlamentares do NOVO. Já o [PL 3211/2020](#), de autoria do deputado Telmário Mota (PROS/), tem como propósito

assegurar que os segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS não venham a ser prejudicados em seus direitos previdenciários em função dos dados cadastrais preenchidos erroneamente para o recebimento do auxílio.

O IPEA divulgou uma Nota Técnica do IPEA sobre as "[Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil](#)".

Damares revogou centenas de anistias políticas e parlamentares reagem.

Foram 313 Portarias editadas pela ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Todas anulam, de forma ilegal e inconstitucional, portarias editadas nos anos de 2003 e 2004 e que declararam como anistiados políticos brasileiros vítimas dos regimes totalitários. A reação veio na forma de Projetos de Decretos Legislativos (LINK) para sustar os atos da ministra: **PDL 264/2020** (Maria do Rosário - PT/RS) e deputado Tulio Gadelha - PDT/PE), **PDL 263/2020** (Enio Verri - PT/PR), **PDL 265/2020** (Alexandre Frota - PSDB/SP), **PDL 270/2020** (senador Rogério Carvalho - PT/SE) e **PDL 273/2020** (Reginaldo Lopes (PT/MG)). O deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) apresentou o **RIC 620/2020**, solicitando à ministra informações sobre a fundamentação das notas técnicas que a instruíram na anulação.

Redução de salários de políticos

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) apresentou o **PDL 268/2020** que fixa o subsídio para o Presidente, o Vice-Presidente da República e seus Ministros de Estado; e o **PDL 267/2020**, que fixa o subsídio para Membros do Congresso Nacional. A justificativa é que essa seria uma colaboração concreta para o enfrentamento da crise que enfrentamos.

Ministério da Saúde precisa responder sobre proteção de indígenas na Pandemia

O Requerimento **596/2020**, de autoria do deputado Célio Studart (PV/CE), solicita informações ao ministro interino da Saúde, sobre as ações voltadas à proteção das comunidades indígenas contra o coronavírus.

Sobre esse tema vale a leitura da matéria publicada em Gênero e Número: <https://bit.ly/3d7EdQz>.

Pressionado governo recua na proposta que retirava a autonomia das universidades

A edição da Medida Provisória **979/2020** gerou polêmica, ao mudar o método de escolha de dirigentes de universidades pública. Depois da repercussão, o governo editou a **MP 981** revogando a medida. O presidente do Senado já tinha anunciado que iria devolver a MP por ser inconstitucional.

Antes de ser revogada, a MPV 979 já tinha provocado a apresentação de várias propostas contrárias. Perpétua Almeida PCdoB/AC e mais 7 propuseram disciplinar a escolha em tempos de pandemia (**PL 3265/2020** André Figueiredo (PDT/CE) tentou prorrogar o mandato dos atuais dirigentes (**PL 3248/2020** E o senador Cid Gomes (PDT/CE) tentou sustar o efeito da MP (**PDL 269/2020**); Daniel Silveira (PSL/RJ), da base de apoio do presidente, também aproveitou o embalo e **PL 3168/2020**, que tem por objetivo vedar o desenvolvimento de atividades político-partidárias no âmbito das instituições públicas de educação superior.

Taxação de grandes fortunas

PL 3182/2020, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT/SP), dispõe sobre a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável aos resultados dos bancos de qualquer espécie e dá outras providências.

Transparência das informações

A tentativa do governo de maquiar as informações sobre o número de infectados e mortos pelo coronavírus no Brasil gerou uma grande revolta e a apresentação de inúmeras propostas obrigando o Ministério da Saúde a fazer o óbvio, o que já é compromisso a décadas: uma divulgação transparente e fidedigna dos dados. Entre eles: **PL 3197/2020** (Fernanda Melchionna - PSOL/RS), **PL 3171/2020** (Cássio Andrade - PSB/PA), **PL 3169/2020** (Ivan Valente - PSOL/SP), **PL 3172/2020** (Marcel van Hattem - NOVO/RS e mais 5), **PL 3163/2020** (André Figueiredo - PDT/CE), **PL 3162/2020** (Aliel Machado - PSB/PR), **PL 3161/2020** (André Figueiredo - PDT/CE), **PLP 160/2020** (Rafael Motta - PSB/RN) e **PL 3214/2020** (Randolfe Rodrigues - REDE/AP).

*Radarelaborado pela equipe do
Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA
em parceria com Contatos Assessoria Política.*